

Costa Couto: batam em outra porta.

Depois de receber ontem de manhã mais de cem telefonemas de aflitos governadores, políticos e ministros de Estado reclamando contra os cortes no Orçamento Geral da União para 89, o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, saiu-se com esta: as reclamações contra os cortes promovidos pelo governo estão sendo encaminhadas para o endereço errado. Quem deve receber as queixas, no entendimento do ministro, é a Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela nova partilha dos recursos tributários entre a União, Estados e Municípios. Ao presidente Sarney, cabe apenas executar a vontade da Constituinte, completou.

Entre os que mais ligaram para o ministro, destacam-se os governadores Álvaro Dias, do Paraná (2 vezes); Newton Cardoso, de Minas Gerais (3 vezes); José Aparecido (4 vezes); os ministros Prisco Viana, da Habitação (3 vezes); Íris Rezende, da Agricultura (três vezes); Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações (4 vezes); João Alves, do Interior (2 vezes); Ralph Biasi, da Ciência e Tecnologia (2 vezes); e José Reynaldo, dos Transportes (2 vezes). O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, ligou para o ministro Costa Couto 4 vezes, e o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, 5 vezes. Mas no Palácio se garante: o governo não vai recuar.

No Palácio do Planalto há um reconhecimento de que os Estados pobres, após a nova partilha de recursos determinada pela Constituinte, vão ter muitas dificuldades orçamentárias. Mas destaca-se, ali, que não cabe ao governo questionar isto, e sim cumprir o que a nova Constituição determinar.

Segundo o ministro Costa Couto, com a nova partilha dos recursos tributários, surge no País uma nova Federação, com Estados e municípios fortalecidos. Para o ministro, de nada adianta agora protestar contra esta nova realidade:

"Não sei por que toda esta celeuma. A nova Constituição foi pensada exatamente para fazer mudanças. E na hora que elas vêm, as pessoas querem a situação como está?" — indaga Costa Couto.

Costa Couto não admite a possibilidade de recuo do governo, e ressalta que esta posição é fundamental para o controle do déficit público e o combate à inflação.